

## A IMPORTÂNCIA DA LIBRAS NO MUNICÍPIO DE FELIPE GUERRA/RN: BREVES CONSIDERAÇÕES

Jeferson Ferreira de Morais <sup>1</sup>  
Jackelyne Feitosa Menezes <sup>2</sup>  
Jéssica Karla de Góis <sup>3</sup>  
Luciana da Costa Sampaio <sup>4</sup>  
Jéssica Girlaine Guimarães Leal <sup>5</sup>

### RESUMO

A inclusão educacional de estudantes surdos nas escolas regulares do Brasil apresenta desafios significativos para os profissionais da educação. Este artigo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso da licenciatura em Letras Libras, realizado na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Este estudo se propõe a investigar a abordagem adotada na Escola Estadual Antônio Francisco, localizada no município de Felipe Guerra, interior do Rio Grande do Norte, em relação à inclusão de alunos surdos. O embasamento teórico repousa nas contribuições de Campello (2012), Leal (2020) e Quadros (2009). A metodologia empregada é de natureza qualitativa e bibliográfica, complementada por pesquisa de campo, na qual foram aplicados questionários a seis profissionais da educação, analisando as estratégias pedagógicas empregadas por esses educadores no ensino de alunos surdos. Os resultados revelaram desafios consideráveis enfrentados pelos professores no ensino a alunos surdos, destacando a carência de formação continuada e conhecimento em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). A falta de preparo adequado impacta diretamente na eficácia da inclusão desses alunos, refletindo-se em práticas educacionais que demandam ajustes. Este estudo contribui para a reflexão sobre a importância da capacitação docente e da promoção de ambientes inclusivos, visando aprimorar a qualidade do ensino para estudantes surdos nas escolas regulares do país.

**Palavras-chave:** Educação. Libras. Inclusão. Surdos. Formação.

### INTRODUÇÃO

Quando o assunto é educação, a população surda se enquadra em porcentagens muito baixas de formação. Segundo um estudo realizado pelo Instituto Locomotiva e a Semana da Acessibilidade Surda em 2019, apenas cerca de 7% dos surdos brasileiros possuem ensino

---

<sup>1</sup> Graduando pelo Curso de Letras Libras da Universidade Federal do Semiárido - UFERSA, [jefersonmorais967@gmail.com](mailto:jefersonmorais967@gmail.com);

<sup>2</sup> Graduanda pelo Curso de Letras Libras da Universidade Federal do Semiárido - UFERSA, [jackelynefm@gmail.com](mailto:jackelynefm@gmail.com);

<sup>3</sup> Graduanda pelo Curso de Letras Libras da Universidade Federal do Semiárido - UFERSA, [jessicakarla\\_if@hotmail.com](mailto:jessicakarla_if@hotmail.com);

<sup>4</sup> Graduanda pelo Curso de Letras Libras da Universidade Federal do Semiárido - UFERSA, [luciana.uzl@hotmail.com](mailto:luciana.uzl@hotmail.com);

<sup>5</sup> Professora orientadora: Doutoranda em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica do Pernambuco. Bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPQ. Docente da Universidade Federal Rural do Semiárido, [jessica.leal@ufersa.edu.br](mailto:jessica.leal@ufersa.edu.br)

superior completo, enquanto 15% frequentaram a escola até o ensino médio, 46% até o ensino fundamental, e 32% não possuem nenhum grau de instrução. Apesar de a Língua Brasileira de Sinais (Libras) já ser reconhecida no país há duas décadas, sua chegada ao Rio Grande do Norte (RN), especificamente no interior, é relativamente recente. A institucionalização da Libras ocorreu com a criação do curso de Licenciatura em Letras Libras na Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, o qual foi inaugurado em 2014. No entanto, mesmo com o reconhecimento da Libras como língua oficial, ainda observamos a falta de acessibilidade e o desconhecimento sobre a Libras e as atividades do docente de Libras no interior.

Nas instituições de ensino superior, especialmente nas universidades, houve um avanço significativo em relação à acessibilidade, recursos e diversas maneiras de inclusão de alunos surdos no meio educacional. A chegada dessas universidades trouxe maior visibilidade a essa área, pois antes a língua de sinais era pouco conhecida. Hoje, graças ao curso de Letras Libras, muitas pessoas têm a oportunidade de conhecer a língua e as pessoas surdas têm a chance de se integrar na sociedade. É importante ressaltar que, com o surgimento do curso de Letras Libras na região, a inclusão em pequenas cidades tem se tornado mais visível, já que muitos puderam ingressar no curso e as escolas estão recebendo auxílio por meio de cursos de extensão, oficinas e estagiários. Tudo isso é fundamental para proporcionar uma educação de qualidade. No entanto, a realidade nas escolas de nível fundamental e médio é diferente, principalmente nas áreas rurais. Percebemos que os alunos surdos que buscam melhorias para garantir seu futuro enfrentam inúmeras dificuldades para continuar seus estudos. Isso muitas vezes resulta em desestímulo e até mesmo desistência, pois eles não se sentem acolhidos e não têm acesso a uma educação de qualidade, como lhes é de direito.

Como exemplo claro dessa realidade, temos a cidade de Felipe Guerra/RN, onde existem inúmeros casos de evasão nas escolas, e várias pessoas surdas que não chegam nem a se matricular por se sentirem incapazes; pressupõem que não é possível estudar. Nesse sentido, entendemos que é de extrema relevância que a disciplina de Libras seja inserida nas escolas como matéria obrigatória, e que as crianças possam adquirir a Língua Brasileira de Sinais como primeira ou segunda língua, a fim de promover a inclusão dos alunos surdos não apenas nas escolas, mas na sociedade.

A legislação traz algumas considerações sobre a obrigatoriedade de inserção da Libras nos cursos de formação de nível superior. A Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, discorre sobre em seu Art. 4º:

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Embora exista uma legislação de apoio à educação das pessoas surdas, observamos que a prática se distancia do esperado. Por isso, ainda lutamos pelo direito de inclusão, para que esse conceito saia do papel e se torne realidade. A inclusão é uma pauta bastante debatida na sociedade, porém, ainda percebemos que as escolas estão distantes de uma realidade verdadeiramente inclusiva. É notório a falta de estrutura das escolas ao receber um aluno surdo, e aqui, no município de Felipe Guerra/RN, a realidade ainda é bem complexa.

É intuído que a inclusão se faz necessária em qualquer ambiente, para que este possa ser frequentado por qualquer cidadão, principalmente nas escolas. Com relação aos alunos surdos, percebemos a ausência de recursos para melhor acolher os surdos; existe escassez de intérpretes em sala de aula, de professores especializados na área e, também, a falta de materiais didáticos que auxiliem na trajetória de aprendizado desses alunos é recorrente. Isso é o mínimo para que se tenha uma educação de qualidade, mas, sabemos que as escolas ainda estão distantes de implementar a legislação.

Na Escola Estadual Antônio Francisco, instituição onde o pesquisador e idealizador deste estudo atua como bolsista, há dois alunos surdos que, até então, só contavam com a ajuda de uma professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) que, por sinal, é a única na escola. Essa professora recebe todas as demandas de alunos com deficiência e, embora tenha formação e dedicação, existem algumas deficiências que fogem à sua área de formação. Assim, partindo de uma realidade vivenciada, esse trabalho se justifica pela extrema contribuição social, profissional e acadêmica que pode prover. Ao mesmo tempo, debruça seu olhar sobre grupos minoritários, excluídos e marginalizados socialmente, para atender às necessidades e expectativas desses grupos de forma integral e satisfatória.

Ante o exposto, o objetivo geral do estudo é investigar como vem sendo tratada a inclusão das pessoas surdas na Escola Estadual Antônio Francisco, no município de Felipe Guerra/RN. Para realização da presente pesquisa, alguns objetivos específicos foram definidos, a saber: a) Analisar a contribuição do ensino de Libras básico na escola; b) Promover a autorreflexão dos estudantes sobre os alunos com Surdez; c) Reafirmar a importância de incluir a LIBRAS nas atividades extra curriculares das escolas.

Com isso, almejamos responder às seguintes questões: Quais as dificuldades dos professores dos alunos surdos? Existem recursos tecnológicos e humanos para promoção da

inclusão? Essas questões permitiram a compreensão da realidade dos sujeitos surdos filipenses inseridos na rede regular de ensino. Mais adiante, detalharemos as etapas percorridas e os resultados obtidos.

## **EDUCAÇÃO DE SURDOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

A educação de surdos é um assunto pouco discutido na sociedade, ainda que haja leis que deem direito à pessoa surda de ser incluída no âmbito escolar e na sociedade; a falta de informação sobre a educação de surdos é preocupante na população brasileira. Em 2017, o tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi ‘Desafios para formação educacional de Surdos’, e um número extraordinário de pessoas fez essa prova, no que grande parte dos alunos zeraram a redação. Apenas 53 pessoas conseguiram atingir a nota máxima, diminuindo o número do ano anterior, que foi de 77 candidatos (G1, 2018).

Isso demonstra que esse assunto é algo que a sociedade tem pouco conhecimento, mas é uma temática que é bastante importante de ser discutida. Nesse sentido, entendemos que a inclusão vai muito além do que inserção em sala, mas, sim, fazer com que esse aluno possa fazer parte, isto é, ser incluído nesse universo educacional que pode lhe proporcionar um futuro promissor.

Todo ano, crianças surdas são matriculadas nas escolas para que possam aprender, mas alguns desses alunos são colocados em salas de aula apenas para cumprir com as legislações, que dão o direito a elas de serem incluídas nas instituições de ensino. Contudo, muitas vezes, as escolas não atendem às necessidades que elas precisam. A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) assegura que é dever do poder público garantir um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades.

Esse dispositivo visa a garantia de uma educação inclusiva a todas as pessoas desde seus primeiros anos, promovendo serviços e recursos que facilitem a educação desses alunos, com auxílio de projetos pedagógicos que atendam às suas necessidades, facilitando a compreensão na sua trajetória. Apesar de todos os dissabores envolvidos na educação de surdos no país, temos, também, um conjunto de conquistas que vem marcando a trajetória, corroborando, assim, para que o cenário nacional paulatinamente vá se modificando.

De acordo com Leal (2020) os principais marcos na educação de surdos no país têm origem em 1857, com a abertura do ‘Imperial Instituto dos Surdos-Mudos’, posteriormente chamado de ‘Instituto Nacional de Educação dos Surdos’ – INES. Uma das maiores

referências de escolas bilíngues que temos no Brasil, possui a língua brasileira de sinais – LIBRAS como principal forma de comunicação. Já em 2002, a Lei 10.436 oficializa a língua de sinais como meio legal de comunicação dos surdos brasileiros. Desde então, vem trazendo mais visibilidade para a comunidade surda. Em 2005, o Decreto federal nº 5.626 traz consigo a implementação da disciplina de libras como disciplina obrigatória na formação de professores (BRASIL, 2005).

O decreto foi criado para que professores pudessem atender às particularidades de cada aluno, sendo assim, quando houver um surdo em sua aula, ele estará preparado para apresentar e desenvolver conteúdos para esse aluno. Em 2006, inicia-se o primeiro Curso de Graduação em Letras Libras em grau de Licenciatura, pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, e, em 2008, o primeiro Curso de Graduação em Letras Libras em grau de Bacharelado, pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (QUADROS, 2009).

Os cursos trazem, por meio legal, a formação de professores e intérpretes, que atuam como profissionais nas salas de aulas, tanto nos níveis básicos quanto nos níveis médio e superior. Atualmente, os cursos continuam formando profissionais na área, fazendo a diferença na vida de jovens e adultos da comunidade surda.

A comunidade surda tem políticas públicas que devem garantir a inclusão da pessoa surda, mas, trazendo para a realidade, essa inclusão ainda possui algumas lacunas. Muitas escolas recebem alunos surdos, mas não há competência suficiente para inserir esses educandos; em grande parte dessas instituições, faltam professores e profissionais especializados que usem de suas metodologias para atender às particularidades de cada um desses indivíduos. Nessa tessitura, “[...] quando são negados os direitos linguísticos de crianças e jovens surdos, retirando-lhes classes e escolas que se constituem condição de aquisição e desenvolvimento de sua língua, também lhes são retirados, tão simplesmente, o acesso ao sistema de educação geral” (CAMPELLO et al., 2012, p.04).

Pode-se perceber que, ao longo dos anos, o sujeito surdo vem conquistando seu lugar de direito na sociedade, ainda que a evolução da comunidade a caminho da inclusão seja dada a passos curtos. Espera-se que, para as próximas décadas, o sistema educacional continue contribuindo para melhorias da educação inclusiva; que as escolas sejam ambientes acolhedores para todos os indivíduos, independente de suas condições especiais. Também, que se invista em formação continuada docente, para que melhores metodologias e estratégias sejam inseridas de forma mais inclusiva dentro da sala de aula e, essencialmente, que todos e todas apoiem essa causa, a fim de que, futuramente, possamos ter uma sociedade mais igualitária.

## **METODOLOGIA**

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a trajetória do aluno surdo no contexto escolar do município de Felipe Guerra/RN. O propósito é investigar como a educação desses alunos tem se desenvolvido e buscar promover a inclusão do ensino básico da Libras nas escolas. De acordo com Minayo (2002, p. 21), a pesquisa qualitativa pode ser definida como aquela que busca responder a questões específicas, concentrando-se em um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, essa abordagem se dedica ao universo de significados, diferenciando-se dos princípios clássicos da pesquisa quantitativa nas ciências sociais, que são mais comuns nas ciências da natureza.

A pesquisa bibliográfica, por sua vez, é realizada com base em material já existente, principalmente constituído de livros e artigos científicos. Ela se utiliza de fontes documentais para embasar o estudo. Conforme Gil (2008), a pesquisa de campo é aquela que busca uma compreensão mais profunda de uma realidade específica. Essa abordagem é essencialmente conduzida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes, com o intuito de captar as explicações e interpretações sobre o que ocorre nessa realidade em particular. Então, realizamos nossa pesquisa e coleta de dados na escola Estadual Antonio Francisco, com 06 professores, por meio de entrevista semi-estruturada, com intuito de investigar qual o conhecimento que esses professores têm sobre a educação de surdos e quais metodologias usam no caso de haver alguma demanda na escola.

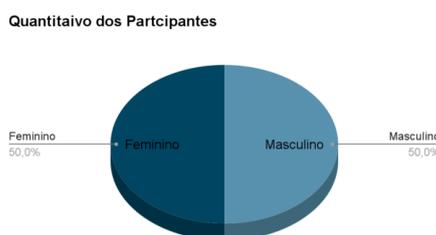
Para levantar informações que questionem a problemática da pesquisa, foi elaborado um questionário estruturado, com roteiro constituído por dez (10) perguntas. Essas averigam desde o nome e idade, até questões que abordam as dificuldades dos professores com relação às demandas que alicerçam o estudo. As perguntas foram entregues aos seis (06) professores de forma presencial, com data para recebimento dos dados. O principal objetivo com isso foi o de entender como caminha a interação do professor com aluno surdo em sala de aula; isto é, se eles têm conhecimento sobre como proporcionar metodologias adequadas que atendam às particularidades de cada estudante, entre outras questões.

Os professores selecionados lecionam disciplinas abrangendo conteúdos menos familiares aos estudantes surdos. Todos os indivíduos que participaram da pesquisa possuem qualificações de nível superior em educação, com idades variando entre 24 e 50 anos, sendo que cinco deles têm experiência no ensino de alunos surdos, tanto no passado quanto atualmente.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada com 6 professores que ensinam desde o fundamental até o nível médio por meio de questionários aplicados, onde nos permitiu compreender como anda a educação de jovens surdos em um contexto escolar, dos professores, conforme podemos aferir no gráfico 1, três (03) dos profissionais entrevistados são do sexo masculino, e três (03) do sexo feminino.

**Gráfico 1:** Quantitativo dos Participantes.



Fonte: Moraes (2023)

Ao analisar os perfis dos participantes, podemos notar que há uma diferença de experiência profissional entre eles, no gráfico 2 mostra que os 3 do sexo masculino tem mais tempo lecionando, H1 tem 20 anos como educador, H3 tem 12 e H5 tem 16, enquanto os inquiridos do sexo feminino, H4 tem 11 anos de experiência, H6 tem 4 anos e H2 tem 3 anos.

**Gráfico 2:** Faixa Etária e Tempo de Experiência.



Fonte: Moraes (2023).

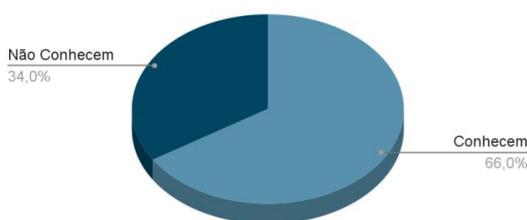
No questionário as perguntas começam com os perfis dos profissionais, e suas formações, nenhum deles possui algum tipo de formação continuada que contribua para a melhor aprendizagem de alunos surdos. Na pergunta de número seis foi questionado se os participantes já lecionaram algum aluno surdo, H1, H2, H3, H5 e H6 responderam que sim, já tiveram e ensinaram alunos surdos, e H4 não ensinou, na mesma questão é perguntado

também quais metodologias e recursos utilizavam para melhorar a transmissão de conhecimento. Dos participantes 5 deles responderam que não usa de nenhuma metodologia específica para atender as necessidades desses alunos, diante de fatos, percebe-se a falta de planejamento das aulas levando em consideração têm dispõe de ciência sobre a necessidade de adequação para ensino de surdos, ainda com base nas respostas obtidas fica nítido a falta de preocupação e preparo dos professores para o mínimo de oferta de ensino de qualidade para os alunos surdos, que julgamos necessitar de novos métodos de ensino para que aprendizagem seja assegurada. Acreditamos também que deve ser alinhado tudo isso com o apoio da escola, por meio de recursos e formações em áreas específicas.

Sendo assim, compreendemos que o papel da Libras na formação de professores é não restringir os direitos essenciais dos alunos, resguardando o direito linguístico no ambiente escolar. Ao perguntar aos participantes se eles têm conhecimento na Língua Brasileira de Sinais, 4 deles afirmaram que têm pouco conhecimento, e que este foi adquirido na disciplina ofertada nas suas graduações, outros 2 responderam que não possuíam nenhum conhecimento da língua. Entendemos assim que, a formação de professores em Língua Brasileira de Sinais, é uma das ferramentas mais importantes para deixar o ambiente mais inclusivo para os surdos, com ela é possível trazer o aluno para a sala de aula de forma natural, de maneira que esse estudante possa interagir diretamente com o professor e com seus colegas.

**Gráfico 3:** Conhecimentos dos Participantes Sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS

Conhecimento dos Participantes sobre a LIBRAS



Fonte: Morais (2023)

Na questão de número oito, foi perguntado para os participantes se eles acham a escola inclusiva, e se sentem que vem se dando conta das necessidades desses alunos. Três deles responderam que sim, mas, ressaltam que essa inclusão caminha devagar e ainda tem muito a melhorar, H5, diz que não, mas está tentando melhorar com intuito de atender esse público, H4 e H6 têm visões diferentes, H4 diz que a escola é sim um ambiente inclusivo, já H6 possui uma ideia contraditória da H4, ela afirma que a escola não consegue atender as necessidades

desses estudantes. É notório que a maioria dos participantes percebem que a escola está ineficiente para atender as necessidades dos docentes surdos, sobre isso Leal (2018, p.2) afirma que:

A atividade docente ao longo do tempo foi marcada pela informalidade, era comum as pessoas de grande poder aquisitivo contratarem serviços de mestres, ou seja, pessoas que possuíam “dons para ensinar”, com o passar do tempo essa tarefa foi ganhando maior prestígio social e carecendo de maior especialidade, deixando de ser relegado aos “pseudo dotados” e buscando pessoas com um conjunto de habilidades inerentes ao exercício dessa profissão.

A educação passou por muitas discussões no que concerne a formação docente, e atualmente compreendemos que é necessário que o docente, possua um conjunto de habilidades e competências com vista a oportunização de educação mais inclusiva. Segundo Sassaki (1998, p. 8):

A inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes.

Na sequência, a nona questão abordou sobre quais os recursos utilizados em sala de aula. Em resposta, quatro dos participantes, H1, H2, H3 e H4, descrevem os recursos humanos como é o caso do TILSP, professores do AEE e professores tutores, como ferramentas que melhorem a aprendizagem em sala de aula, também o uso de conversas e metodologias que acolham esses alunos, H5 deixa claro que não utiliza, H6, responde que as aulas não possuem recursos didáticos visuais que facilitem a compreensão. Percebemos que as respostas não atenderam ao esperado, os participantes não mostraram preocupação para utilização de uma didática acessível, tão pouco apresentaram métodos de ensino que atendam as particularidades de cada indivíduo. De acordo com o MEC (Brasil, 2005, p. 21):

A formação do professor deve ser um processo contínuo, que perpassa sua prática com os alunos, a partir do trabalho transdisciplinar com uma equipe permanente de apoio. É fundamental valorizar o saber de todos os profissionais da Educação no processo de inclusão. Não se trata apenas de incluir um aluno, mas de repensar os contornos da escola e a que tipo de Educação esses profissionais têm se dedicado. Trata-se de desencadear um processo coletivo que busque compreender os motivos pelos quais muitas crianças e adolescentes também não conseguem um “lugar” na escola.

A audição é um dos nossos cinco sentidos, que nos permite captar diversos sons, inclusive, o monitoramento acústico da fala, é um elemento crucial, para a comunicação, pois

a partir da audição podemos ter a aquisição da linguagem e a troca de informações, quando acontece a perda ou diminuição desse sentido, o indivíduo começa a captar o mundo por meio de outras experiências. Quando falamos de alfabetização sabemos que é sempre um desafio a ser seguido, é importante o desenvolvimento da aquisição da linguagem nos anos iniciais, o professor entra com o papel de trazer metodologias que ajudem nesse desenvolvimento, no caso da criança ouvinte, a captação dos sons e o convívio diário com a língua tornam esse aprendizado mais acessível, no que diz respeito a alfabetização de surdos, esse desafio se intensifica, é fato que as comunidades escolares é escassa de profissionais especializados, então se torna uma grande barreira para o professor alfabetizar um aluno sem um conhecimento da sua língua materna, pois envolve aspectos cognitivos e culturais, tornando-se assim um processo bem complexo, que ocasiona problemas que eles enfrentaram no decorrer da escolarização, como a falta de interação, recursos e metodologias adequadas. Então o primeiro passo para incluir seria, se adequar às necessidades desses alunos, além de aprender a língua, se especializar e rever suas práticas de ensino.

A questão seguinte aborda sobre a percepção ou não de algum tipo de exclusão nas turmas que lecionam/ram, das respostas obtidas apenas o participante H3 diz não ter presenciado, enquanto todos os outros evidenciaram já ter presenciados situações de exclusão, a resposta já era esperada, pois é consensual a falta de conhecimento e empatia que os alunos têm em relação à pessoa com surdez, a desinformação ocasiona esse tipo de situação. Por fim, na questão onze questionamos se a escola tem contribuído para evitar a evasão de alunos surdos, e se houve desistência, bem como buscamos descobrir qual a motivação para que isto ocorra. Segundo H1, H2, H3, H4 e H5 apontaram que de fato a escola tem buscado diminuir as evasões, citando uma melhora significativa quanto atenção ofertada, e ao uso de recursos humanos como o TILPS, bem como recursos didáticos como é o caso de jogos e atividades de apoio, em contrapartida das respostas H6 pontua que com relação às evasões, os professores não possuem conhecimento de nenhum caso. Diante disso notamos uma certa desinformação, em relação a evasão de alunos surdos, por que é consenso da escola que já houve em momentos anteriores a desistência desses estudantes.

Por fim, percebemos ao longo dessa pesquisa alguns pontos importantes que requerem maior adequação pelo corpo docente e a gestão escolar, são eles: a questão da socialização sobre os dados da escola com o corpo docente, a falta de um olhar mais cauteloso para com os alunos, não há relação entre educador e aluno, ou aluno e seus colegas, que pode ser uma ferramenta de suma importância para evitar a exclusão, e isso é uma falha que parte da falta de formações continuadas, que envolve o conhecimento da Libras, e de metodologias

de ensino que promovam uma educação mais inclusiva. A inclusão é um tema amplamente discutido na sociedade, no entanto, ainda enfrentamos desafios significativos que afastam as escolas de uma realidade verdadeiramente inclusiva.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa teve como objetivo analisar o processo de inclusão dos estudantes surdos na Escola Estadual Antonio Francisco, localizada no município de Felipe Guerra, no Rio Grande do Norte. Através de questionários aplicados a profissionais da educação, foi possível identificar algumas lacunas significativas no que diz respeito à inclusão desses alunos. Ficou evidente que os professores não possuem conhecimento suficiente em Libras, não utilizam metodologias específicas e carecem de recursos visuais para atender adequadamente os estudantes surdos. Como resultado, as práticas em sala de aula demonstram baixo grau de inclusão, e a escola, bem como seus profissionais, não estão adequadamente preparados para receber esses alunos.

Neste trabalho, conseguimos atingir nosso objetivo de investigar o processo inclusivo dos alunos surdos na escola. Através da coleta de dados e análises realizadas, concluímos que, embora a inclusão de alunos surdos no ensino regular do município seja respaldada por políticas públicas, o progresso é lento. Isso se deve à constatação de que a comunidade escolar necessita de formação continuada, práticas inclusivas e, principalmente, da capacitação em Libras por parte dos docentes. Essas medidas são cruciais para criar ambientes mais interativos e acolhedores para os alunos surdos. Portanto, é crucial destacar a necessidade de investimento na educação de surdos. Seria altamente benéfico se a escola oferecesse cursos de formação continuada que abordassem questões críticas dentro da instituição e ampliassem o currículo formativo dos professores. Isso incluiria o desenvolvimento de um entendimento mais abrangente sobre a comunidade surda e sua identidade. Além disso, é fundamental compreender que a responsabilidade pela inclusão não recai apenas sobre a escola, mas também sobre as autoridades governamentais e a sociedade em geral. É importante ressaltar que esta pesquisa não tem a pretensão de esgotar a discussão sobre o tema, mas sim de oferecer uma contribuição valiosa para uma compreensão mais profunda dessa problemática na região.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto Nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília , 23 dez. 2005.

BRASIL. **Lei No 10.436, de 24 de Abril de 2002.**: Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras e dá outras providências.. Brasília : Diário Oficial da União, 25 abr. 2002.

BRASIL. **Lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília , 06 jul. 2015.

CAMPELLO, A. R. S. et al. **Carta aberta ao ministro da educação**. [S.I.): [s.n.], 2012.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

LEAL, J. G. G. **Desafios na formação em letras libras: experiências na docência do estágio supervisionado em libras como I2 i**. Anais CONADIS... Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/50621> . Acesso em: 30 ago. 2023.

LEAL, J. G. G. **Análise da Variação Lexical dos Topônimos em Libras no Sertão Paraibano**. 2020a. 203 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Departamento de Letras Vernáculas, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2020. Disponível em: [https://www.uern.br/controldepaginas/ppcl-discentes-turma-2018/arquivos/4885jessica\\_girlaine\\_analise\\_da\\_variacao\\_lexical\\_dos\\_toponimos\\_\(...\).pdf](https://www.uern.br/controldepaginas/ppcl-discentes-turma-2018/arquivos/4885jessica_girlaine_analise_da_variacao_lexical_dos_toponimos_(...).pdf). Acesso em: 12 mar. 2023.

MINAYO, M. C. S.. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. *et al*. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 9-29.

QUADROS, R. M.; STUMPF, M. R. O primeiro curso de graduação em letras língua brasileira de sinais: educação a distância. **ETD Educação Temática Digital**, v. 10, n. 02, p. 169-185, 2009.

SASSAKI, R. K. **Inclusão, o paradigma da próxima década**. Mensagem, Brasília, v. 34, n. 83, p. 29, 1998.